

Câmara Municipal de Mesão Frio



AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA
Resumo Não Técnico

REVISÃO DO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL

MAIO 2009

Grupo de Estudos Territoriais
Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	3
1 DESCRIÇÃO DO OBJECTO DE AVALIAÇÃO	4
1.1 Justificação e fundamentos da elaboração do plano.....	4
1.2 Objectivos do Plano e Horizonte Temporal	5
2 FACTORES CRÍTICOS PARA A DECISÃO (FCD).....	7
2.1 Questões estratégicas (QE).....	7
2.2 Factores ambientais e de sustentabilidade relevantes (FASR).....	10
2.3 Quadro de Referência Estratégico (QRE).....	15
3 AVALIAÇÃO DE IMPACTES DE NATUREZA ESTRATÉGICA.....	20
3.1.1 Síntese da situação actual e tendência de evolução para os Factores Críticos de Decisão	20
4 SÍNTESE DA AVALIAÇÃO AMBIENTAL.....	21
5 CONCLUSÃO.....	33

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro. 1. Desígnios, opções estratégicas e objectivos específicos definidos no PDM de Mesão Frio.....	9
Quadro. 2. Factores ambientais e de sustentabilidade relevantes por FCD ..	10
Quadro. 3. Incidências de natureza ambiental e em termos de sustentabilidade para as opções estratégicas do PDMMF	14
Quadro. 4. QRE e opções estratégicas para o Factor Crítico para a Decisão «Ocupação e Gestão do Território»	16
Quadro. 5. QRE e opções estratégicas para o Factor Crítico de Decisão «Coesão e Desenvolvimento Territorial»	17
Quadro. 6. QRE e opções estratégicas para o Factor Crítico de Decisão «Recursos Territoriais».....	18
Quadro. 7. QRE e opções estratégicas para o Factor Crítico de Decisão «Qualidade Ambiental».....	19
Quadro. 8. Síntese da avaliação ambiental para a totalidade dos factores críticos.	21

INTRODUÇÃO

Este documento constitui o Resumo Não Técnico da AAE do Plano Director Municipal de Mesão Frio (PDMMF) e foi elaborado de acordo com o disposto no Decreto-Lei n.º 316/2007, de 19 de Setembro e no Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho.

Estes diplomas legais estabelecem o regime a que fica sujeita a avaliação ambiental dos efeitos de determinados planos e programas, susceptíveis de induzir efeitos significativos no ambiente, com o intuito de estabelecer um nível elevado de protecção do ambiente e contribuir para a integração das considerações ambientais na preparação e aprovação de planos e programas, com vista a promover um desenvolvimento sustentável. Enquanto instrumentos de ordenamento rural e urbano ou de utilização dos solos, os planos directores municipais ficam assim sujeitos a um processo de Avaliação Ambiental Estratégica (AAE), cabendo à Câmara Municipal de Mesão Frio, enquanto entidade proponente do referido plano, a responsabilidade da AAE.

Este documento constitui o Resumo Não Técnico do Relatório Ambiental do PDM, onde se pretende realizar um resumo do relatório ambiental e apresentar as principais conclusões da AAE.

Numa primeira fase foram definidos os Factores Críticos Para a Decisão (FCD). Estes factores constituem os temas fundamentais para a decisão sobre os quais a AAE se deve debruçar, uma vez que identificam os aspectos a ter em conta na concepção da estratégia e das acções que as implementam, para melhor satisfazer objectivos ambientais e um futuro mais sustentável (Partidário, 2007). A definição dos FCD resultou de uma análise integrada das Questões Estratégicas (QE), do Quadro de Referência Estratégico (QREA) e dos Factores Ambientais e de Sustentabilidade Relevantes (FASR).

Numa segunda fase foram avaliados os diversos impactes de natureza estratégica gerados pela aplicação do novo PDM, definindo-se um conjunto de directrizes para minimização dos impactes negativos e de potenciação dos impactes positivos e ainda uma proposta de seguimento que inclui os indicadores de monitorização e as recomendações para a fase de pós-avaliação.

A terceira e última fase da AAE corresponde à elaboração da declaração ambiental, a qual deverá ser remetida, após a aprovação do PDM, à Agência Portuguesa do Ambiente. Esta declaração deverá incluir os seguintes elementos: a forma como as considerações ambientais e o relatório ambiental foram integrados no Plano Director Municipal; as observações apresentadas durante a consulta às entidades ambientais relevantes e agentes locais e os termos da respectiva ponderação, bem como a justificação do não acolhimento dessas observações, as razões que fundaram a aprovação do plano à luz das alternativas razoáveis abordadas durante a sua elaboração e as medidas de controlo previstas com o intuito de identificar atempadamente e corrigir os efeitos negativos imprevistos.

1 DESCRIÇÃO DO OBJECTO DE AVALIAÇÃO

A avaliação ambiental incide sobre as opções estratégicas preconizadas na proposta de revisão do Plano Director Municipal de Mesão Frio. Esta revisão foi feita à luz do quadro legal e normativo aplicável, nomeadamente a Lei de Bases da Política de Ordenamento do Território e do Urbanismo (Lei n.º 48/98, de 11 de Agosto) e o regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial (Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro e o Decreto-Lei n.º 316/2007, de 19 de Dezembro). De notar que, neste caso, a elaboração do plano está já na sua fase final pelo que não se poderá adoptar integralmente a metodologia preconizada na literatura especializada, nomeadamente a avaliação de cenários e propostas alternativas.

1.1 Justificação e fundamentos da elaboração do plano

De acordo com a legislação em vigor, os Planos Directores Municipais são obrigatoriamente revisto ao fim de um período de 10 anos, a contar da data da sua aprovação e, eventualmente, ratificação. No caso do PDM de Mesão Frio, para além deste requisito legal, outras razões foram invocadas, nomeadamente:

- Adequação do plano às disposições do novo regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial, nomeadamente a Lei de Bases da Política de Ordenamento do Território e Urbanismo e os diferentes decretos regulamentares (DL 380/99; Lei 56/2007 e DL 316/2007);
- Adequação e/ou transposição para o plano das estratégias, orientações e directrizes dos novos programas e planos com incidência no território municipal, em particular a ENDS, o PNPOT, o POARC, PRN 2000, o Plano Sectorial da Rede Natura 2000, o PIOTADV;
- Desenvolvimento do modelo territorial e de ordenamento, tendo em conta não só as dinâmicas socio-económicas registadas no concelho ao longo da última década mas também a estratégia e as prioridades de desenvolvimento formuladas pela Câmara Municipal;
- Revisão dos mecanismos de gestão territorial e urbana tendo em conta a experiência acumulada com a implementação do actual plano mas também a introdução de normas e critérios resultantes quer do novo enquadramento jurídico dos instrumentos de gestão territorial, quer dos novos planos e programas com incidência no concelho;
- Actualização e correcção da informação estatística e cartográfica, nomeadamente a transposição para uma escala e um suporte adequados (cartografia digital à escala 1:10 000) das plantas de ordenamento e de

condicionantes e a criação de um Sistema de Informação Geográfica de suporte ao planeamento e à gestão do território municipal.

1.2 Objectivos do Plano e Horizonte Temporal

No início do processo de revisão do Plano Director Municipal de Mesão Frio foi estabelecido um conjunto de objectivos estratégicos e instrumentais quer para a proposta de plano, quer para a natureza das disposições técnicas e regulamentares nele contidas. De forma resumida esses objectivos são os seguintes:

- Traduzir para o âmbito municipal o quadro de desenvolvimento do território estabelecido nos instrumentos de natureza estratégica de âmbito nacional e regional (ENDS, PNPOT, PROT, PIOTADV), bem como dos instrumentos de política sectorial ou de natureza especial (PBHD, PSRN2000, PRN2000, PIAASAR, PERSU, POARC, etc.);
- Conceber um modelo de ordenamento do território municipal compatível com a estratégia e as prioridades de desenvolvimento socio-económico preconizada pelo município e a qual deve valorizar os principais recursos e actividades do concelho, nomeadamente o turismo e a vitivinicultura;
- Assegurar a gestão programada do território municipal, garantindo assim a eficácia do plano no combate à dispersão urbana e no controle dos processos de edificação e de urbanização;
- Definir a estrutura ecológica municipal bem como as normas e os critérios técnicos para a utilização dos solos nela incluídos;
- Definir os princípios e os critérios da garantia da qualidade ambiental e da preservação do património cultural, tendo em vista assegurar a sustentabilidade do território e a qualidade de vida das populações e ainda a defesa e a valorização dos valores patrimoniais;
- Definir os princípios e os critérios técnicos para a localização de infra-estruturas, equipamentos, serviços e funções urbanas, tendo em vista a racionalização dos investimentos públicas e a garantia de uma efectiva igualdade de oportunidades das populações no acesso a estes;
- Definir os critérios de localização e distribuição das actividades industriais, turísticas, comerciais e de serviços, tendo em vista um uso adequado do solo e a salvaguarda do princípio do equilíbrio territorial;
- Definir os parâmetros do uso do solo e de uso e fruição do espaço público, tendo em conta as características específicas do território, o modelo de povoamento do concelho e ainda a melhoria da qualidade de vida que se pretende alcançar com a implementação do plano;

O horizonte temporal previsto para o plano é de 10 anos. No entanto, e de acordo com a legislação em vigor, o plano poderá ser revisto antes desse limite temporal, desde que existam razões fundamentadas que o justifiquem.

2 FACTORES CRÍTICOS PARA A DECISÃO (FCD)

Os factores críticos constituem os temas fundamentais para a decisão sobre os quais a AAE se deve debruçar, uma vez que identificam os aspectos a ter em conta na concepção da estratégia e das acções que as implementam, para melhor satisfazer objectivos ambientais e um futuro mais sustentável (Partidário, 2007). A identificação destes factores resultou de uma análise integrada das questões estratégicas (QE) formulados para o Plano Director Municipal de Mesão Frio, das questões ambientais relevantes identificadas com base na legislação em vigor e no âmbito, natureza e alcance deste plano territorial e do Quadro de Referência Estratégico Ambiental (QRE). Os Factores Críticos para a Decisão, a seguir enunciados e sumariamente descritos, resultam ainda das sugestões e recomendações das entidades consultadas no âmbito dos procedimentos legalmente estabelecidos para a definição do âmbito da avaliação ambiental estratégica.

1. **Organização e gestão do território.** Contempla a dimensão do ordenamento físico do território, incluindo os aspectos relacionados com a ocupação e usos do solo, a distribuição espacial da população, as dinâmicas de urbanização e a racionalização das infra-estruturas públicas;
2. **Coesão e desenvolvimento territorial.** Atende à dimensão da equidade e da competitividade territorial, nomeadamente os aspectos relacionados com as dinâmicas demográficas e construtivas, as dinâmicas económicas, a mobilidade e a igualdade de oportunidades no acesso às redes públicas de infra-estruturas, equipamentos, serviços e funções urbanas;
3. **Recursos territoriais:** Compreende a dimensão da protecção e valorização dos recursos endógenos, incluindo os aspectos relacionados com os recursos hídricos, a biodiversidade, a paisagem e o património cultural.
4. **Qualidade ambiental.** Aborda a dimensão das condições e da qualidade de vida da população, incluindo os aspectos relacionados com os níveis de cobertura e a eficiência das redes de saneamento básico e resíduos, a qualidade da água e do ar, o ruído e os riscos naturais e tecnológicos.

2.1 Questões estratégicas (QE)

As opções estratégicas preconizadas para o plano resultaram do exercício desenvolvido pela equipa técnica em estreita articulação com a Câmara Municipal e os agentes locais, e a qual permitiu construir o cenário desejável para o concelho num horizonte de 10 anos. Este cenário procura traduzir a ambição do concelho em matéria de desenvolvimento e de ordenamento, a qual é marcada pela vontade de

fazer de **Mesão Frio um concelho aberto, atractivo, competitivo, dinâmico, equilibrado, ordenado, sustentável e com qualidade de vida.**

Um concelho mais aberto, no sentido de mais acessível e mais próximo dos grandes centros urbanos e dos territórios envolventes e de mais permeável aos fluxos demográficos e económicos externos. Um concelho mais atractivo, no sentido de uma maior capacidade de fixação da população, de maior poder de atracção de novos residentes, turistas ou meros "utilizadores" de bens e serviços públicos e comerciais e de captação de maiores e mais diversificados investimentos produtivos. Competitivo, no sentido de melhorar e qualificar os factores que influenciam o seu posicionamento nos diferentes mercados, regional, nacional e internacional. Dinâmico, no sentido de maiores iniciativas e investimentos produtivos, que conduzam a uma diversificação da base económica, à geração de mais riqueza e emprego. Equilibrado, no sentido de uma redistribuição espacial da população e das actividades que favoreça a consolidação do papel e das funções dos aglomerados de média dimensão e evite uma desertificação rápida e acentuada da grande maioria dos espaços rurais. Ordenado, no sentido de um controle mais estreito da expansão urbana e da dispersão do habitat ou ainda de uma melhor harmonização e compatibilização dos diferentes usos do solo rural. Sustentável, no sentido de uma protecção e valorização eficaz dos recursos e valores naturais e culturais, de um planeamento, execução e gestão eficiente e racional das infra-estruturas, equipamentos e serviços e de uma melhoria progressiva dos indicadores de qualidade ambiental. Equitativo, no sentido de garantir a toda a população a igualdade de oportunidades no acesso a bens e serviços públicos fundamentais e aos padrões contemporâneos de qualidade de vida

Destes quatro pilares decorre um conjunto de opções estratégicas que conformam o Modelo Territorial Futuro. Importa ainda referir que para cada uma das opções estratégicas foi estabelecido um conjunto de objectivos específicos, os quais procuram definir as prioridades em matéria de desenvolvimento e de ordenamento que o município se propõe concretizar. No quadro seguinte apresentamos uma síntese das opções estratégicas que, para uma melhor compreensão dos seus fundamentos e lógica, podem ser analisados no documento "Visão Prospectiva e Estratégica" que integra a Proposta de Plano.

DESÍGNIOS	OPÇÕES ESTRATÉGICAS OBJECTIVOS ESPECÍFICOS
<p>UM TERRITÓRIO MAIS ABERTO E ATRACTIVO Desenravar e Irradiar</p>	<p>1. Garantir a inserção do concelho na rede viária nacional e a articulação com os centros urbanos e os territórios envolventes Melhorar as ligações entre a sede do concelho e os eixos viários estruturantes e melhorar a articulação do concelho com os centros urbanos e os territórios envolventes</p>
	<p>2. Reforçar a capacidade de atracção e de polarização do concelho. Consolidar o papel e as funções urbanas da Vila, atrair e fixar novos residentes, iniciativas e investimentos</p>
<p>UM TERRITÓRIO MAIS EQUILIBRADO E ORDENADO Estruturar e Harmonizar</p>	<p>3. Promover o desenvolvimento da sede do concelho e reforçar as infra-estruturas de suporte à integração e coesão territorial Reforçar o papel e as funções dos pólos urbanos secundários (Vila Marim, Barqueiros e Oliveira), completar, reordenar e requalificar as redes de infra-estruturas básicas, de equipamentos de utilização colectiva e a rede viária concelhia e facilitar a mobilidade interna</p>
	<p>4. Controlar, ordenar e qualificar os espaços urbanos, harmonizar e compatibilizar os diferentes usos do solo rural Reestruturar e requalificar o perímetro urbano da Vila e os perímetros urbanos dos pólos secundários; conter e disciplinar a expansão urbana e a edificação fora dos perímetros urbanos e compatibilizar os diferentes usos do solo rural</p>
<p>UM TERRITÓRIO MAIS DINÂMICO E COMPETITIVO Diversificar e Qualificar</p>	<p>5. Consolidar o papel e a importância económica do sector vitivinícola Incentivar e apoiar a modernização do sector vitivinícola, melhorar as condições externas de funcionamento e os custos de contexto do sector vitivinícola e qualificar e valorizar a paisagem</p>
	<p>6. Reforçar o turismo como actividade geradora de mais valias Criar condições para a instalação de projectos de desenvolvimento turístico, reforçar o peso social e económico do sector turístico, apostando na instalação de novas unidades turísticas e diversificar as iniciativas locais direccionadas ao turismo, em conciliação com o comércio e serviços locais</p>
<p>UM TERRITÓRIO MAIS SUSTENTÁVEL E EQUITATIVO Preservar e Igualizar</p>	<p>7. Preservar e valorizar o património natural e cultural a biodiversidade, utilizar de modo sustentável os recursos e prevenir os riscos Proteger e valorizar a Estrutura Ecológica Municipal, utilizar de modo sustentável os recursos naturais e prevenir e minimizar os riscos naturais e tecnológicos e proteger e valorizar o património natural, paisagístico e cultural</p>
	<p>8. Assegurar a equidade territorial no provimento de infra-estruturas e equipamentos e na universalidade do acesso aos respectivos serviços Garantir a manutenção de serviços públicos mínimos nos espaços rurais periféricos e melhorar a acessibilidade e as condições de mobilidade das populações rurais</p>

Quadro. 1. Desígnios, opções estratégicas e objectivos específicos definidos no PDM de Mesão Frio

2.2 Factores ambientais e de sustentabilidade relevantes (FASR)

Os factores ambientais e de sustentabilidade definem o âmbito ambiental relevante e deverão atender não só aos factores ambientais legalmente estabelecidos mas também aos objectivos estratégicos do plano, à escala de avaliação e, conseqüentemente, a sua relevância.

Relativamente aos requisitos legais, a alínea e) do n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei 232/2007 refere explicitamente que o relatório ambiental deverá avaliar «os eventuais efeitos significativos no ambiente decorrentes da aplicação do plano (...) considerando questões como a biodiversidade, a população, a saúde humana, a fauna, a flora, o solo, a água, a atmosfera, os factores climáticos, os bens materiais e o património cultural, incluindo o património arquitectónico, arqueológico e a paisagem e a inter-relação entre os factores supracitados.»

Tendo em conta os factores ambientais contidos na legislação nacional, bem como as características do território municipal ou ainda a natureza, o alcance e as opções estratégicas preconizadas no Plano, procedeu-se à identificação das incidências de natureza ambiental e em termos de sustentabilidade para cada uma das opções e objectivos associados (Quadro 3), tendo sido seleccionados os seguintes factores: Biodiversidade; Coesão Territorial; Qualidade Ambiental; Riscos Naturais e Tecnológicos; Recursos Territoriais; Mobilidade; Desenvolvimento Territorial; Património Cultural e Paisagem. No quadro seguinte apresentam-se a relação entre os factores críticos, os factores ambientais e de sustentabilidade e os aspectos ambientais considerados na legislação em vigor.

Aspectos ambientais DL n.º 232/2007	Factores Ambientais e de Sustentabilidade Relevantes	Factores Críticos para a Decisão
Biodiversidade Fauna Flora	Biodiversidade Recursos Territoriais	Recursos Territoriais
População Saúde humana	Qualidade ambiental Mobilidade Riscos naturais e tecnológicos	Qualidade ambiental Coesão e desenvolvimento territorial
Ar Solo Água	Qualidade ambiental Mobilidade Riscos naturais e tecnológicos	Qualidade ambiental
Factores climáticos	Recursos Territoriais Riscos naturais e tecnológicos	Recursos territoriais
Bens materiais	Desenvolvimento territorial Mobilidade	Coesão e desenvolvimento territorial
Património cultural	Património cultural Paisagem	Recursos territoriais

Quadro. 2. Factores ambientais e de sustentabilidade relevantes por FCD

Opções Estratégicas e Objectivos Específicos	Natureza das Intervenções	Incidências Ambientais e de Sustentabilidade
<p>1. Garantir a plena inserção do concelho na rede viária nacional e a articulação com os centros urbanos e os territórios envolventes, melhorando as ligações entre a sede do concelho e os eixos viários estruturantes e a articulação do concelho com os centros urbanos e os territórios envolventes</p>	<p>Propostas de construção e requalificação de infra-estruturas rodoviárias (acessibilidades externas); Recomendações para o reordenamento da rede de transportes colectivos interurbanos; Recomendações para a articulação intermunicipal de redes de serviços colectivos de proximidade.</p>	<p>Pressão sobre os ecossistemas naturais e riscos eventuais de redução da <u>biodiversidade</u>; Intrusões visuais e degradação da <u>paisagem</u> natural; Melhoria das acessibilidades as quais contribuem para a promoção do <u>desenvolvimento territorial</u>; Incremento da <u>mobilidade</u> e eventual diminuição da <u>qualidade ambiental</u>; Melhoria dos níveis de acesso a bens e serviços públicos fundamentais e da <u>coesão territorial</u>.</p>
<p>2. Reforçar a capacidade de atracção e de polarização do concelho, consolidando o papel e as funções urbanas da Vila, atraindo e fixando novos residentes, iniciativas e investimentos.</p>	<p>Propostas de construção de equipamentos colectivos e serviços públicos âncora (centro escolar, biblioteca, auditório municipal, parque desportivo, etc.); Recomendações para a implementação de projectos de regeneração urbana e incentivo à reabilitação das edificações rurais para segundas residências; Proposta de infra-estruturação da zona industrial e criação de duas novas zonas oficinais.</p>	<p>Melhoria dos níveis de acesso a bens e serviços públicos fundamentais e da <u>coesão territorial</u>; Conservação e valorização do <u>património</u> edificado Atracção e fixação de população, contribuindo para a contenção das dinâmicas de despovoamento das zonas rurais e para o <u>desenvolvimento territorial</u>; Atracção ou realocação de empresas e actividades industriais, favorecendo o <u>desenvolvimento territorial</u>, a <u>qualidade ambiental</u> e a da <u>paisagem</u>; Aumento potencial dos <u>riscos tecnológicos</u> provocados pela instalação de actividades industriais.</p>

Opções Estratégicas e Objectivos Específicos	Natureza das Intervenções	Incidências Ambientais e de Sustentabilidade
<p>3. Promover o desenvolvimento do concelho e reforçar as infra-estruturas de suporte à integração e coesão territorial, reforçando o papel e as funções dos pólos urbanos secundários (Vila Marim, Barqueiros e Oliveira), reordenando e requalificando as redes de infra-estruturas básicas, de equipamentos colectivos e a rede viária concelhia</p>	<p>Proposta de construção e requalificação de equipamentos colectivos nos aglomerados rurais; Proposta de construção de habitação social; Proposta de expansão das redes de abastecimento de água e de drenagem e tratamento de águas residuais; Proposta de beneficiação de estradas nacionais desclassificadas ou em vias de desclassificação;</p>	<p>Melhoria dos níveis de acesso a bens e serviços públicos fundamentais e da <u>coesão territorial</u>; Melhoria dos níveis de atendimento de infra-estruturas e da <u>qualidade ambiental</u> do concelho; Incremento da <u>mobilidade</u> e eventual diminuição da <u>qualidade ambiental</u></p>
<p>4. Controlar, ordenar e qualificar os espaços urbanos, harmonizar e compatibilizar os diferentes usos do solo rural, reestruturando e requalificando os perímetros urbanos da Vila e dos pólos secundários, contendo e disciplinando a expansão urbana e a edificação fora dos perímetros urbanos e compatibilizando os diferentes usos do solo rural;</p>	<p>Ampliação ou reconfiguração dos perímetros urbanos com base na pressão construtiva, áreas expectantes, mercado de solos e projecções demográficas; Programação da urbanização das áreas de expansão através da delimitação de UOPG e da definição dos usos dominantes e parâmetros urbanísticos; Condicionamento da edificação em solos rurais, através do aumento das parcelas mínimas e da redefinição dos parâmetros urbanísticos; Criação de condições para a legalização das construções e áreas urbanas de génese ilegal (AUGI) Definição de um modelo de ordenamento e de um regime de uso do solo rural que contribuam para a preservação dos espaços agrícolas e da paisagem tradicional na zona serrana e vinhateira;</p>	<p>Redução dos investimentos em infra-estruturas e incremento da eficiência das redes existentes, com a melhoria da <u>coesão territorial</u>, <u>qualidade ambiental</u> e a conservação da <u>biodiversidade</u>; Pressão eventual sobre os <u>recursos territoriais</u> (solos inseridos na REN e na RAN) e a <u>paisagem</u>; Conservação dos <u>recursos territoriais</u> (solos da REN e na RAN) e da <u>paisagem</u> tradicional;</p>
<p>5. Consolidar o papel e a importância económica do sector vitivinícola, incentivando e apoiando a modernização do sector vitivinícola, melhorando as condições de funcionamento e os custos de contexto do sector vitivinícola e qualificando a paisagem</p>	<p>Definição de um regime de uso do solo rural que permita a instalação de unidades vitivinícolas (adegas e armazéns) ou ampliação dos existentes; Recomendações para a requalificação das novas formas de armação do terreno e reintrodução de bordaduras, manutenção e valorização das matas e das faixas ribeirinhas, dos socalcos e mitigações das intrusões visuais e paisagísticas (construções).</p>	<p>Pressão eventual sobre os <u>recursos territoriais</u> (solos inseridos na REN e na RAN) e a <u>paisagem</u>; Conservação dos <u>recursos territoriais</u> (solos da REN e da RAN) e da <u>paisagem</u> tradicional;</p>

Opções Estratégicas e Objectivos Específicos	Natureza das Intervenções	Incidências Ambientais e de Sustentabilidade
<p>6. Reforçar o papel do turismo como actividade geradora de mais valias, criando condições para a instalação de projectos de desenvolvimento turístico, apoiando a instalação de novas unidades turísticas e diversificando as iniciativas locais, em conciliação com o comércio e serviços locais</p>	<p>Definição de um modelo de ordenamento e de um regime de uso do solo que permitam acomodar as intenções e projectos de construção de unidades turísticas, previstos e potenciais; Proposta de criação de roteiros turístico-culturais (Vinha e Vinho, Miradouros e Património); Definição de um modelo de ordenamento e de um regime de uso do solo que permitam acomodar actividades e projectos empresariais (indústrias, energias renováveis floresta, recreio e lazer, etc.)</p>	<p>Pressão sobre os ecossistemas naturais e riscos eventuais de redução da <u>biodiversidade</u>; Intrusões visuais e degradação da <u>paisagem</u> natural; Diversificação das actividades económicas e promoção do <u>desenvolvimento territorial</u>; Acréscimo dos investimentos infra-estruturais e diminuição potencial da <u>qualidade ambiental</u>; Aumento potencial dos <u>riscos tecnológicos</u> provocados pela instalação de actividades industriais.</p>
<p>7. Preservar e valorizar o património natural e cultural a biodiversidade, utilizar de modo sustentável os recursos e prevenir os riscos, criando a Estrutura Ecológica Municipal, utilizando de modo sustentável os recursos naturais, prevenindo e minimizando os riscos naturais e tecnológicos e preservando e valorizando os valores patrimoniais naturais, paisagísticos e culturais</p>	<p>Delimitação dos componentes urbanos e rurais da Estrutura Ecológica Municipal e definição de um regime de uso do solo compatível com os objectivos de preservação e valorização ambiental; Definição de mecanismos de preservação e de medidas de recuperação dos sistemas fundamentais (cabecos, zonas húmidas, áreas declivosas); Propostas de manutenção/recuperação da drenagem natural das linhas de água em espaços urbanos, dos povoamentos de vegetação natural e das espécies ripícolas e da paisagem tradicional vitícola; Definição de mecanismos de protecção de solos de elevada aptidão agrícola (solos de RAN e antrossolos) Delimitação das áreas de risco (incêndio, erosão, inundação, e definição das medidas de protecção); Classificação dos valores patrimoniais concelhios mais relevantes e propostas de reabilitação dos sítios, edifícios e espaços culturais.</p>	<p>Conservação e valorização da <u>biodiversidade</u> e melhoria da <u>qualidade ambiental</u>; Controle dos factores e redução dos impactes dos <u>riscos naturais</u> (erosão, inundação e incêndio); Preservação e valorização dos sistemas naturais mais frágeis e dos <u>recursos territoriais</u> (solos e água); Preservação e valorização do <u>património cultural</u> (sítios arqueológicos, edifícios e espaços culturais), <u>natural</u> (sítios e valores) e da <u>paisagem</u>.</p>

Opções Estratégicas e Objectivos Específicos	Natureza das Intervenções	Incidências Ambientais e de Sustentabilidade
<p>8. Assegurar a equidade territorial no provimento de infra-estruturas e equipamentos e na universalidade do acesso aos respectivos serviços, garantindo a manutenção de serviços públicos mínimos nos espaços rurais periféricos e melhorando a acessibilidade e a mobilidade das populações rurais</p>	<p>Proposta de criação de serviços de apoio domiciliário e de serviços públicos itinerantes (saúde); Proposta de utilização e rentabilização dos equipamentos através das associações locais; Proposta de requalificação das vias rodoviárias e dos acessos domiciliários nos aglomerados rurais; Proposta de melhoria da cobertura da rede de serviços públicos de transportes, através da utilização partilhada dos transportes escolares.</p>	<p>Melhoria dos níveis de acesso a bens e serviços públicos fundamentais e da <u>coesão territorial</u>; Melhoria das acessibilidades as quais contribuem para a promoção do <u>desenvolvimento territorial</u>; Incremento da <u>mobilidade</u> e eventual diminuição da <u>qualidade ambiental</u>.</p>

Quadro. 3. Incidências de natureza ambiental e em termos de sustentabilidade para as opções estratégicas do PDMMF

2.3 Quadro de Referência Estratégico (QRE)

O Quadro de Referência Estratégico Ambiental estabelece o macro-enquadramento da avaliação ambiental, sendo constituído pelas estratégias, programas e planos que enquadram estrategicamente o PDM de Mesão Frio e para o qual estabelecem objectivos e/ou metas de sustentabilidade. Tendo em conta o âmbito e os objectivos da avaliação, bem como a natureza do plano, foram identificados os seguintes instrumentos de enquadramento estratégico:

- Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável (ENDS);
- Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT);
- Plano Regional de Ordenamento do Território Norte (PROT-N);
- Plano Intermunicipal de Ordenamento do Alto Douro Vinhateiro (PIOTADV);
- Plano da Bacia Hidrográfica do Rio Douro (PBHRD);
- Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN);
- Programa Operacional Regional Norte (PORN).
- Estratégia Nacional para a Conservação da Natureza e da Biodiversidade (ENCNB);
- Plano Sectorial da Rede Natura 2000 (PSRN2000);
- Plano Estratégico de Resíduos Sólidos Urbanos (PERSUII);
- Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento Águas Residuais II (PEAASARII);
- Plano de Ordenamento das Albufeiras da Régua e Carrapatelo (POARC);
- Plano Estratégico Nacional para o Turismo (PENT);
- Plano Estratégico Nacional para o Desenvolvimento Rural (PENDR);
- Plano de Desenvolvimento Turístico do Vale do Douro (PDTVD);
- Plano Regional de Ordenamento Florestal do Douro (PROFD);
- Programa Nacional da Água (PNA);
- Programa Nacional para as Alterações Climáticas (PNAC).

Nos quadros seguintes são identificadas as estratégias, os programas e os planos que constituem o referencial estratégico de cada um dos FCD considerados, bem como as opções estratégicas preconizadas nesses instrumentos. A análise destas opções permitiu-nos estabelecer as relações de relevância entre os FCD e os instrumentos de enquadramento identificados. De notar que os objectivos e as metas específicas aplicáveis a cada variável, e que constituem os referenciais

ambientais e de sustentabilidade a partir dos quais o PDM de Mesão Frio será avaliado estrategicamente, serão descritos no próximo capítulo.

FCD	QRE	Opções Estratégicas
Ocupação e Gestão do Território	PNPOT	Um espaço sustentável e bem ordenado - Preservar o quadro natural e paisagístico, em particular os recursos hídricos, a zona costeira, a floresta e os espaços de potencial agrícola Articular o sistema de "espaços abertos" de natureza ambiental e paisagística com o sistema urbano e as redes de infra-estruturas
	PROT-N	Conservação e valorização do suporte territorial (valores naturais e patrimoniais) Consolidação do sistema urbano (pontos nodais da estrutura de apropriação do território)
	PIOTADV	Promover o correcto ordenamento e gestão do território
	PBHRD	Articular o ordenamento do território com o ordenamento do domínio hídrico
	POARC	Correcta implantação das diferentes actividades no território
	PSRN2000	Estabelecer directrizes para o zonamento das áreas em função das respectivas características e prioridades de conservação, a definir nos planos de ordenamento que vinculam as entidades privadas, nos quais deverão ser fixados e zona dos usos do território e os regimes de gestão, com vista à utilização sustentável do território
	QREN	Assegurar a qualificação do território traduzida, em especial, nos objectivos de promover um melhor ordenamento do território (...) e consolidar o reforço do sistema urbano, tendo presente a redução das assimetrias regionais de desenvolvimento;
	PORN	<i>Valorização e qualificação ambiental e territorial, através da promoção do desenvolvimento integrado de comunidades sustentáveis, numa perspectiva intergeracional e na dupla vertente ambiental e inclusiva;</i> <i>Qualificação do sistema urbano, promovendo a qualificação e inter-conectividade da rede urbana da Região do Norte enquanto elemento de reforço da qualidade de vida dos cidadãos;</i>
	PROFD	Expandir e reabilitar do património florestal; Valorizar as áreas florestais;
PENDR	Promover o correcto ordenamento do espaço rural	

Quadro. 4. QRE e opções estratégicas para o Factor Crítico para a Decisão «Ocupação e Gestão do Território»

FCD	QRE	Objectivos Globais
Coesão e Desenvolvimento Territorial	ENDS	Mais equidade, igualdade de oportunidades e coesão social Valorização equilibrada do território
	PNPOT	<i>Um território equitativo em termos de desenvolvimento e bem-estar</i> - Valorizar a diversidade dos territórios e a articulação dos centros urbanos com as áreas rurais, garantindo em todo o País o acesso ao conhecimento e aos serviços colectivos e boas condições de mobilidade e comunicação, favorecendo a liberdade de opção por diferentes espaços e modos de vida.
	PROT-N	Consolidação do sistema urbano (pontos nodais da estrutura de apropriação do território) Conformação e concretização dos sistemas / redes fundamentais de conectividade (suportes dos fluxos de pessoas, de bens, de serviços e de informação) centrada na articulação entre pontos nodais da estrutura territorial da Região e destes com o exterior,
	PIOTADV	Promover um desenvolvimento agrícola sustentável Promoção e dinamização do território
	POARC	Promoção do desenvolvimento sustentável do Vale do Douro Melhoria da qualidade de vida das populações locais, possibilitando a fruição de novas actividades recreativas e de lazer.
	QREN	Promover o crescimento sustentado através, especialmente, do objectivo do aumento da competitividade dos territórios; Assegurar a qualificação do território traduzida, em especial, nos objectivos de promover um melhor ordenamento do território e consolidar o reforço do sistema urbano, tendo presente a redução das assimetrias regionais de desenvolvimento;
	PORN	<i>Valorização económica de recursos específicos</i> , enquanto elementos-chave de uma estratégia territorialmente diferenciada de desenvolvimento regional, assente na valorização económica dos seus recursos próprios e do seu capital simbólico e identitário; <i>Valorização e qualificação territorial</i> , através da promoção do desenvolvimento integrado de comunidades sustentáveis, numa perspectiva intergeracional e inclusiva;
	PENDR	Aumento da competitividade dos sectores agrícola e florestal, Diversificação da economia nas zonas rurais Reforço da coesão territorial e social
	PENT	Desenvolvimento do Turismo baseado na qualificação e competitividade da oferta, alavancado na excelência ambiental/urbanística, na formação dos recursos humanos e na dinâmica/modernização empresarial e das entidades públicas
	PDTV	Proceder à territorialização das temáticas de atracção, de modo a conseguir concentrar fluxos, viabilizando estruturas de qualidade; Atrair e apoiar a instalação de um conjunto de empreendimentos turísticos estruturantes, de natureza privada e pública:
	PROFD	Consolidar a actividade florestal; Promover as actividades associadas.

Quadro. 5. QRE e opções estratégicas para o Factor Crítico de Decisão «Coesão e Desenvolvimento Territorial»

FCD	QRE	Objectivos Globais
Recursos Territoriais	ENDS	Gestão Eficiente do Património Natural
	PNPOT	<i>Um espaço sustentável e bem ordenado</i> Preservar o quadro natural e paisagístico, em particular os recursos hídricos, floresta e espaços de potencial agrícola Gerir e valorizar as áreas classificadas integrantes da Rede Fundamental de Conservação da Natureza
	PNAC	Promoção da electricidade produzida por fontes renováveis de energia Melhoria da eficiência energética dos edifícios
	PROT-N	Conservação e valorização do suporte territorial (valores naturais e patrimoniais) Gestão sustentada dos recursos territoriais (exploração das potencialidades / atenuação das fragilidades)
	PIOTADV	Valorização da paisagem e dos seus diversos elementos patrimoniais; Mitigação das intrusões na paisagem.
	PBHRD	Gestão da procura (abastecimento de água às populações e actividades económicas); Valorização social e económica dos recursos hídricos
	POARC	Maximização dos recursos numa óptica de gestão racional e da protecção do ambiente Diferenciação da utilização das albufeiras da Régua e do Carrapatelo e respectivas margens, de acordo com as suas especificidades geográficas, biofísicas e paisagísticas
	PORN	<i>Valorização económica de recursos específicos, enquanto elementos-chave de uma estratégia territorialmente diferenciada de desenvolvimento regional, assente na valorização económica dos seus recursos próprios e, designadamente, do seu capital simbólico e identitário;</i>
	PSRN2000	Estabelecer um conjunto de orientações estratégicas para a gestão do território das ZPE e Sítios considerando os valores naturais que nele ocorrem, com vista a garantir a sua conservação a médio e longo prazo
	ENCNB	Promover a integração da política de conservação da natureza e do princípio da utilização sustentável dos recursos biológicos na política de ordenamento do território e nas diferentes políticas sectoriais
	PENDR	Correcto ordenamento do espaço rural e gestão sustentável dos recursos naturais Promoção da eficácia da intervenção das entidades públicas, privadas e associativas na gestão do território
	PROFD	Expandir e reabilitar do património florestal; Valorizar as áreas florestais; Defender o património florestal;
PNA	Promover a sustentabilidade ambiental, económica e financeira da utilização dos recursos hídricos Promover a gestão sustentável da procura de água, baseada na gestão racional dos recursos e nas disponibilidades existentes em cada bacia hidrográfica	

Quadro. 6. QRE e opções estratégicas para o Factor Crítico de Decisão «Recursos Territoriais»

FCD	QRE	Objectivos Globais
Qualidade Ambiental	ENDS	Gestão Eficiente e Preventiva do Ambiente
	PNPOT	<i>Um território equitativo em termos de desenvolvimento e bem-estar</i> - Definir o sistema urbano como critério orientador do desenho das redes de infra-estruturas e de equipamentos colectivos,
	PROT-N	Gestão sustentada dos recursos territoriais (exploração das potencialidades / atenuação das fragilidades)
	PIOTADV	Qualificação ambiental e de vida como factor crucial da sua sustentabilidade
	PBHRD	Protecção das águas e controlo da poluição: Protecção da natureza Protecção contra situações hidrológicas extremas e acidentes de poluição
	POARC	Promover a melhoria da qualidade das águas de origem superficial para consumo humano
	QREN	Assegurar a qualificação do território traduzida, em especial, nos objectivos de assegurar ganhos ambientais
	PORN	<i>Valorização e qualificação ambiental e territorial, através da promoção do desenvolvimento integrado de comunidades sustentáveis, numa perspectiva intergeracional e na dupla vertente ambiental e inclusiva;</i> <i>Qualificação do sistema urbano, promovendo a qualificação e inter-conectividade da rede urbana da Região do Norte enquanto elemento de reforço da própria empresa e da qualidade de vida dos cidadãos;</i>
	PERSUII	Reduzir, reutilizar e recicla; Separar na origem e minimizar a deposição em aterro
	PEAASARII	Universalidade, continuidade e qualidade do serviço Protecção dos valores ambientais
PNA	Assegurar a gestão integrada do domínio hídrico, promovendo a integração da componente recursos hídricos nas políticas sectoriais e assegurando a integridade hídrica das regiões hidrográficas, bem como a integração dos aspectos da quantidade e da qualidade da água	

Quadro. 7. QRE e opções estratégicas para o Factor Crítico de Decisão «Qualidade Ambiental»

3 AVALIAÇÃO DE IMPACTES DE NATUREZA ESTRATÉGICA

3.1.1 Síntese da situação actual e tendência de evolução para os Factores Críticos de Decisão

O quadro que se segue sintetiza a avaliação ambiental da situação actual e tendências de evolução para os vários critérios identificados para cada um dos factores críticos considerados face aos objectivos e metas definidos

Factor Crítico	Critérios	Situação actual	Tendências de evolução face ao QRE		
Organização e Gestão do Território	Ocupação e usos do solo				
	Povoamento				
	Contenção da expansão urbana				
Coesão e Desenvolvimento Territorial	População				
	Habituação				
	Actividades Económicas				
	Acesso a bens e serviços públicos fundamentais				
	Mobilidade				
Recursos Territoriais	Recursos hídricos				
	Recursos florestais				
	Recursos cinegéticos e piscícolas				
	Recursos minerais				
	Recursos energéticos				
	Biodiversidade				
	Paisagem				
	Património cultural e edificado				
Qualidade Ambiental	Saneamento básico				
	Qualidade do ar				
	Ruído				
	Riscos naturais e tecnológicos				
Tendências de evolução					
	Muito Negativa	Negativa	Sem alteração significativa	Positiva	Muito Positiva
Distância à situação desejável					
Objectivos e metas	Muito distante	Distante	Próximo	Muito Próximo	

4 SÍNTESE DA AVALIAÇÃO AMBIENTAL

FCD	Critérios	Efeitos positivos/vantagens	Efeitos negativos/desvantagens	Directrizes de minimização ou potenciação dos efeitos	Indicadores de avaliação e controlo ambiental
Ocupação e Gestão do Território	Ocupação e usos do solo	<p>Contribui para a fixação população local contrariando o abandono do solo rural e garantindo o uso multifuncional da paisagem rural</p> <p>Valorização dos espaços agrícolas, através da reabilitação de áreas agrícolas abandonadas (mortórios) e requalificação das novas armações de terreno</p> <p>Apoio à modernização do sector do sector agrícola</p> <p>Criação de condições para a instalação de actividades e projectos empresariais nos espaços destinados ao desenvolvimento turístico</p> <p>Preservação das áreas da REN e da RAN excluídas dos espaços urbanos de usos incompatíveis com a conservação do potencial ecológico e produtivo destas áreas</p> <p>Criação da EEM que estabelece regras de uso do solo que privilegiam a aptidão natural do solo e a preservação e valorização de valores naturais e paisagísticos existentes em solo rural e urbano</p>	<p>Ocupação inadequada de formas de cultivo da vinha provocando intrusões visuais na paisagem e o agravamento dos fenómenos erosivos em áreas declivosas</p> <p>Exclusão de áreas de valor ecológico e produtivo integrado na REN e na RAN</p> <p>Intrusões visuais na paisagem provocadas pela instalação de unidades turísticas e industriais e maior pressão sobre os recursos naturais</p>	<p>Condicionar a ocupação e uso do solo à preservação e promoção do uso agrícola ou florestal nos solos de maior capacidade produtiva</p> <p>Promover nos espaços naturais a manutenção das galerias ripícolas</p> <p>Promover uma correcta gestão da floresta, promovendo a harmonização das múltiplas funções que ela desempenha</p> <p>Promover práticas agrícolas e florestais sustentáveis, que garantam a integridade do solo e a manutenção da biodiversidade</p> <p>Implementação das regras de protecção e valorização ambiental definidas para as áreas da EEM em solo rural e urbano</p>	<p>Valores absolutos e relativos das áreas da EEM</p> <p>Percentagem de uso do solo rural por categoria de ordenamento (agrícola, florestal, outras)</p> <p>Percentagem de áreas afectas à REN e RAN</p> <p>Conexão de áreas classificadas com outros instrumentos de valorização ambiental (REN, RAN e EEM)</p>

FCD	Critérios	Efeitos positivos/vantagens	Efeitos negativos/desvantagens	Directrizes de minimização ou potenciação dos efeitos	Indicadores de avaliação e controlo ambiental
	Povoamento	<p>Maior equidade no acesso a infra-estruturas básicas e equipamentos e serviços da população residente nos aglomerados urbanos mais periféricos</p>	<p>Não foram identificados efeitos negativos significativos</p>	<p>Promover uma maior equidade no acesso a equipamentos, bens e serviços fundamentais da população residente nos aglomerados urbanos mais periféricos.</p>	<p>Variação da densidade habitacional e populacional</p> <p>Variação do número e dimensão dos núcleos urbanos</p> <p>Variação da população residente por nível hierárquico da rede urbana</p>
	Expansão urbana	<p>Contenção das dinâmicas de dispersão e de urbanização difusa</p> <p>Promover a racionalização das redes de infra-estruturas e estratégias de controlo e programação da expansão urbana</p>	<p>Especulação urbana na envolvência dos espaços destinados ao desenvolvimento de actividades e projectos turísticos</p>	<p>Destinar a edificação para fins habitacionais nos espaços agrícolas apenas quando não existam alternativas de localização</p> <p>Promover a monitorização da ocupação edificada fragmentada ou ao longo das vias e na proximidade de áreas de desenvolvimento turístico</p> <p>Condicionar em solo rural a expansão urbanística em solo rural</p> <p>Promover a consolidação das áreas urbanas infraestruturadas e a optimização do património</p>	<p>Número de licenciamentos para edificação fora dos perímetros urbanos</p> <p>Variação do solo urbano expectante</p> <p>Percentagem do solo urbanizável infra-estruturado</p> <p>Percentagem do solo urbanizável sujeito a instrumentos de programação específicos (UOPG).</p>

FCD	Critérios	Efeitos positivos/vantagens	Efeitos negativos/desvantagens	Directrizes de minimização ou potenciação dos efeitos	Indicadores de avaliação e controlo ambiental
				<p>construído e as edificações já existentes</p> <p>Evitar a construção de tipologias plurifamiliares nos aglomerados urbanos mais rurais</p> <p>Reforço do subsistema urbano de Vila Marim, Barqueiros e Oliveira, de forma a responder às dinâmicas e novas exigências de crescimento urbano.</p>	
Coesão e Desenvolvimento Territorial	População	Contribui para atracção e fixação novos residentes e iniciativas ou investimento gerados de emprego e mais valias na região.	Não foram identificados efeitos negativos significativos	Promover a qualificação profissional dos recursos humanos orientada para as necessidades e especificidades do concelho e da região;	<p>Variação da percentagem da população activa</p> <p>Variação total da população residente por freguesia</p> <p>Variação dos saldos naturais e migratórios</p> <p>Variação da estrutura etária da população</p> <p>Variação da taxa de desemprego</p>
	Habitação	<p>Promove a melhoria das condições de habitabilidade do concelho através de projectos de regeneração urbana</p> <p>Incentiva a reabilitação das</p>	Não foram identificados efeitos negativos significativos	Assegurar a consolidação das áreas urbanas infraestruturadas e a optimização do património	<p>Variação do parque habitacional por freguesia</p> <p>Variação dos alojamentos</p>

FCD	Critérios	Efeitos positivos/vantagens	Efeitos negativos/desvantagens	Directrizes de minimização ou potenciação dos efeitos	Indicadores de avaliação e controlo ambiental
		<p>edificações rurais e a construção de habitações sociais</p> <p>Contribui para a contenção da edificação em solo rural sem condições de salubridade e para a requalificação e gestão sustentável do parque habitacional</p>		<p>construído e as edificações já existentes</p>	<p>vagos</p> <p>Variação do número de edifícios s/ infra-estruturas básicas</p> <p>Variação do peso de licenças para reconstrução</p>
	Actividades Económicas	<p>Diversificação das actividades económicas associadas ao turismo e às actividades agrícolas e florestais</p> <p>Promove a dinamização do sector agrícola e turístico como actividades económicas fundamentais para a criação de emprego e mais valias no concelho</p> <p>Define orientações de exploração económica dos recursos naturais baseadas em princípios de sustentabilidade</p>	<p>Não foram identificados efeitos negativos significativos</p>	<p>Desenvolver programas de fomento do empreendedorismo e da iniciativa empresarial</p> <p>Contenção da localização das unidades empresariais de forma dispersa, valorizando a sua localização em zonas industriais ou oficinais;</p> <p>Promover a fixação de iniciativas turísticas em meio rural com viabilidade económica e ambiental, devidamente enquadrada na paisagem</p> <p>Promover a consolidação e qualificação das centralidades existentes através da identificação das áreas urbanas consolidadas, caracterizadas pela maior</p>	<p>Variação da superfície agrícola útil</p> <p>Número de explorações agrícolas</p> <p>Variação do nº de empresas industriais</p> <p>Variação da oferta de solo industrial</p> <p>Taxa de ocupação do solo industrial</p> <p>Variação da capacidade de alojamento turístico</p> <p>Taxa de ocupação dos equipamentos hoteleiros</p>

FCD	Critérios	Efeitos positivos/vantagens	Efeitos negativos/desvantagens	Directrizes de minimização ou potenciação dos efeitos	Indicadores de avaliação e controlo ambiental
				densidade comercial, funções urbanas centrais, maior confluência de rede de transportes públicos e com potencial para a localização de novas formas de comércio	
	Acesso a bens e serviços públicos fundamentais	<p>Contribui para a melhoria da acessibilidade interna aos aglomerados urbanos mais periféricos através da requalificação da rede viária concelhia</p> <p>Incentiva a construção de novos equipamentos colectivos e serviços públicos e reordenamento dos existentes</p> <p>Contribui para uma maior equidade no provimento de equipamentos e infra-estruturas viárias e de saneamento básico com melhoria das condições de mobilidade e habitabilidade</p>	Não foram identificados efeitos negativos significativos	<p>Assegurar uma maior equidade no acesso a serviços de saúde, educação, formação profissional, e apoio social</p> <p>Dinamizar o transporte ferroviário e estimular a optimização do transporte de passageiros e de mercadorias de apoio às actividades logísticas e industriais;</p>	<p>Variação da cobertura da rede de creches</p> <p>Variação da cobertura da rede de ensino pré-escolar</p> <p>Variação da cobertura da rede de ensino básico</p> <p>Variação da cobertura da rede de cuidados de saúde</p>
	Mobilidade	Promove a melhoria da mobilidade externa através construção e requalificação dos eixos rodoviários estruturantes como forma a garantir a plena inserção do concelho na rede viária nacional e a articulação com os centros urbanos envolventes.	Não foram identificados efeitos negativos significativos	<p>Optimizar a capacidade de resposta da rede viária em função do aumento expectável de tráfego decorrente da implantação de novas infraestruturas regionais e nacionais</p> <p>Promover a reorganização e/ou criação de redes de transporte público colectivo,</p>	<p>Variação da extensão da rede viária nacional</p> <p>Variação da extensão da rede viária municipal</p> <p>Variação dos tempos de deslocação a Vila Real, Lamego e Régua</p> <p>Variação tempos de deslocação à sede do</p>

FCD	Critérios	Efeitos positivos/vantagens	Efeitos negativos/desvantagens	Directrizes de minimização ou potenciação dos efeitos	Indicadores de avaliação e controlo ambiental
				valorizando a inter-modalidade e os modos de transporte suaves (pedonais e cicláveis);	concelho Variação tempos de deslocação à sede do concelho
Recursos Territoriais	Recursos hídricos	<p>Melhoria da qualidade e quantidade dos recursos hídricos pelo incremento de infra-estruturas básicas de saneamento (abastecimento, drenagem e tratamento de águas residuais)</p> <p>Criação da EEM para protecção dos sistemas hídricos mais sensíveis à poluição e mais importantes para a regularização do ciclo hidrológico</p>	<p>Pressão sobre os recursos hídricos devido ao aumento dos consumos de água e de energia para fins domésticos, industriais e turísticos</p> <p>Redução da qualidade e quantidade dos recursos hídricos provocados pela utilização intensiva de fertilizantes e pesticidas e pelas maiores exigências de água para a rega agrícola.</p>	<p>Protecção e requalificação dos recursos hídricos, subterrâneos e superficiais, e, mais amplamente, além das águas, os leitos, margens, zonas adjacentes, zonas de infiltração máxima e zonas protegidas;</p> <p>Implementação de boas-práticas agro-ambientais, incluindo a adopção de sistemas de gestão ambiental nas práticas agrícolas e florestais, de forma a minimizar os impactes ambientais na qualidade e quantidade dos recursos hídricos;</p>	<p>Áreas destinada à protecção dos recursos hídricos (leitos dos cursos de água, cabeceiras, áreas de máxima infiltração, perímetros de protecção das captações de água)</p> <p>Parâmetros de qualidade dos recursos hídricos superficiais</p> <p>Parâmetros de qualidade da água para consumo</p> <p>Parâmetros de qualidade da água de descarga da ETAR</p>
	Recursos florestais	<p>Promove fixação da população dos aglomerados mais rurais contribuindo para a manutenção de actividades agrícolas e florestais fundamentais para a gestão</p> <p>Integração dos espaços florestais e</p>	<p>Expansão da actividade agrícola à custa da ocupação de áreas com aptidão eminentemente florestal</p>	<p>Promover a expansão florestal através da implementação de projectos de arborização adequados e bem adaptados em zonas de incultos e mais susceptíveis a</p>	<p>Área do concelho efectivamente ocupada por áreas florestais</p> <p>Área do concelho integrada em categorias</p>

FCD	Critérios	Efeitos positivos/vantagens	Efeitos negativos/desvantagens	Directrizes de minimização ou potenciação dos efeitos	Indicadores de avaliação e controlo ambiental
		valores naturais e paisagísticos mais sensíveis sob o ponto de vista ecológico e ambiental na EEM		fenómenos de erosão ou desertificação;	de espaço florestal Taxa de arborização em categorias de espaço florestal Dimensão dos povoamentos florestais presentes e o seu potencial para a exploração ou conservação
	Recursos cinegéticos e piscícolas	Fixação da população nos aglomerados mais rurais contribuindo para a manutenção de actividades ligadas à caça e à pesca Contribui para a valorização e o desenvolvimento das actividades desportivas ligadas à natureza, onde se incluem a caça e a pesca.	Não foram identificados efeitos negativos significativos	Promover a gestão e o ordenamento dos recursos cinegéticos e piscícolas através da valorização do exercido por associações, sociedades ou clubes de caçadores e pescadores	Área submetida a regime cinegético especial N.º de concessões ou reservas de pesca N.º de associações, sociedade o clube de caça e pesca existentes
	Recursos minerais	Aproveitamento dos recursos minerais como fonte de matéria-prima para a construção civil e obras públicas.	Não foram identificados efeitos negativos significativos	Identificar áreas com elevado potencial para a exploração de recursos minerais e definir normas para a sua exploração sustentável baseada na elaboração de planos de lavra e na execução de planos de recuperação ambiental e paisagístico;	Ocorrências de minerais metálicos e não metálicos com interesse para a exploração

FCD	Critérios	Efeitos positivos/vantagens	Efeitos negativos/desvantagens	Directrizes de minimização ou potenciação dos efeitos	Indicadores de avaliação e controlo ambiental
	Recursos energéticos	Promove a utilização sustentável dos recursos baseada em fontes de energias renováveis e menos poluentes.	Não foram identificados efeitos negativos significativos	Incentivar a implantação de empreendimentos que contribuam para a exploração de fontes de energia renovável (eólica, biomassa, hidroeléctrica, etc).	Energia produzida por fontes de energias renováveis (biomassa, eólica, hídrica, etc) Variação do número de edifícios licenciados que cumprem o RCCTE e RSECE
	Biodiversidade	Avaliação da capacidade de protecção e valorização dos espaços classificados na Rede Natura 2000 e da biodiversidade na totalidade da área do concelho	Pressão sobre os valores naturais provocados pela expansão da actividade agrícola e turística	Garantir a integração harmoniosa de empreendimentos turísticos e industriais de forma a promover a preservação da natureza e da biodiversidade e minimizar os impactes visuais na paisagem; Promover a protecção e valorização de áreas de elevado valor ecológico em espaços agrícolas e florestais, onde existem valores naturais nomeadamente, povoamentos de espécies autóctones e a Paisagem Protegida do ADV	Variação na percentagem da área do concelho integrada em espaços protegidos/classificadas Grau de conservação dos habitats e espécies integrados na Rede Natura 2000 Área do concelho classificada como espaço natural e de elevado valor paisagístico Variação da área do concelho ocupada por vegetação autóctones Variação da área do concelho ocupada por espécies exóticas (acácias, eucalipto, choupo-branco, etc)

FCD	Critérios	Efeitos positivos/vantagens	Efeitos negativos/desvantagens	Directrizes de minimização ou potenciação dos efeitos	Indicadores de avaliação e controlo ambiental
					Quantificação da implementação das orientações de gestão definidas para as áreas da Rede Natura 2000
	Paisagem	<p>Contribui para a contenção da edificação dispersa e o ordenamento da expansão urbana reduzindo os impactes visuais na paisagem</p> <p>Requalificadas das formas antigas de armação do terreno (período pré-filoxérico) característicos da paisagem vitícola do Douro,</p> <p>Transposição para o regulamento do PDM das disposições regulamentares em termos de ocupação e uso do solo definidas no PIOT-ADV</p>	<p>Impactes visuais negativos na paisagem provocados pela construção e ampliação de infra-estruturas viárias e unidades industriais e turísticas</p> <p>Impactes negativos na paisagem provocados pelas novas armações de terreno dissonantes e fortemente contrastantes com os usos referenciais da paisagem duriense.</p>	<p>Manutenção dos padrões de uso do solo tradicionais da Paisagem Protegida do ADV com requalificação das novas armações de terreno e reintrodução de bordaduras e consociações culturais</p> <p>Promover o ordenamento sustentável do espaço rural contrariando a fragmentação das unidades culturais e áreas de elevado interesse agrícola e paisagístico</p> <p>Promover a integração harmoniosa no território de unidades turísticas e industriais de grande escala</p>	<p>Número de intrusões visuais (construções em grande escala, pedreiras, lixeiras e escombrelas avulsas, surribas e patamares</p> <p>Área do concelho integrada em espaço natural e de elevado valor paisagístico</p>
	Património Cultural e edificado	<p>Promove a reabilitação de edificações rurais e a requalificação e valorização aglomerados urbanos tradicionais</p> <p>Promoção e valorização do património cultural e edificado através da criação de roteiros turísticos-culturais e da requalificação do património edificado</p>	<p>Não foram identificados efeitos negativos significativos</p>	<p>Adoptar medidas para dinamização cultural mais vasta, que aborde valências culturais, históricas e arqueológicas</p> <p>Privilegiar nos projectos de desenvolvimento turístico a</p>	<p>Quantificação dos valores, sítios e edificado classificado</p> <p>Investimento em património cultural e edificado</p>

FCD	Critérios	Efeitos positivos/vantagens	Efeitos negativos/desvantagens	Directrizes de minimização ou potenciação dos efeitos	Indicadores de avaliação e controlo ambiental
		<p>e arquitectónico</p> <p>Promove a classificação dos valores patrimoniais concelhios mais relevantes e propor a reabilitação dos sítos, edifícios e espaços culturais.</p>		<p>recuperação e requalificação de edifícios e espaços de especial interesse patrimonial, cultural ou paisagístico (quintas tradicionais, edifícios de interesse municipal e aldeias rurais)</p>	<p>Rotas turísticas organizadas e sinalizadas</p>
Qualidade Ambiental	Saneamento Básico	<p>Aumento da taxa de cobertura em sistemas de abastecimento de água e de drenagem e tratamento de águas residuais</p> <p>Promove uma maior equidade no acesso a infra-estruturas básicas de saneamento (redes de abastecimento de água e de drenagem e tratamento de águas residuais e de recolha de resíduos urbanos)</p>	<p>Aumento dos consumos de água para fins turísticos e industriais e da produção de resíduos e de águas residuais</p> <p>Aumento potencial dos riscos de contaminação provocados pela instalação de actividades industriais.</p>	<p>Reforço dos sistemas multimunicipais para uma melhor gestão das redes de saneamento e abastecimento de água, tratamento e valorização de RSU</p> <p>Assegurar que o acolhimento de novas actividades industriais e turísticas sejam suportados por sistemas de tratamento de efluentes e recolha e valorização de RSU eficazes;</p> <p>Condicionar a edificação e garantir boas práticas agrícolas em solos com risco de erosão elevado;</p>	<p>Variação da população servida pela rede pública de abastecimento domiciliar de água</p> <p>Variação da percentagem da população servida por água tratada (ETA)</p> <p>Variação da água consumida por habitante</p> <p>Variação da qualidade da água de abastecimento</p> <p>Variação da população servida pela rede pública de sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais</p> <p>Variação da população servida pela rede de RSU</p> <p>Número de ecopontos por</p>

FCD	Critérios	Efeitos positivos/vantagens	Efeitos negativos/desvantagens	Directrizes de minimização ou potenciação dos efeitos	Indicadores de avaliação e controlo ambiental
					freguesia Percentagem de resíduos valorizados/encaminhados para reciclagem
	Qualidade do ar	Não foram identificados efeitos positivos significativos	Degradação da qualidade do ar provocado pelo incremento do tráfego rodoviário devido à expansão e requalificação de infra-estruturas rodoviária Deterioração da qualidade do ar provocada pela poluição gerada por actividades industriais.	Adoptar medidas para a minimização das fontes de poluição do ar e de emissão de ruído originadas por actividades industrial e turísticas bem como pelo tráfego rodoviário.	Quantificação das fontes emissoras de poluentes atmosféricos e identificação da sua localização e tipologia de poluente emitido
	Ruído	Não foram identificados efeitos positivos significativos	Aumento dos níveis de ruído provocado pelo incremento do tráfego rodoviário devido à expansão e requalificação de infra-estruturas rodoviária		Percentagem de área urbanas ou urbanizáveis localizadas em áreas sensíveis
	Riscos Naturais e Tecnológicos	Propostas medidas sustentáveis de gestão e ocupação do território para prevenção e imunização dos riscos naturais e tecnológicos Controlo da dispersão urbana em áreas rurais sem capacidade edificatória e mais vulneráveis a riscos naturais	Aumento da vulnerabilidade aos riscos de contaminação da água e do solo provocados pela utilização intensiva de fertilizantes e pesticidas agrícolas. Aumento potencial dos riscos de contaminação provocados pela instalação de actividades industriais.	Aproveitar o potencial de requalificação de zonas de risco em solo rural e impedir a sua ocupação urbana, em particular em zonas adjacentes aos cursos de água ameaçadas pelas cheias, áreas com risco de erosão e áreas com risco elevado de incêndio; Condicionar a construção de	Ocorrência de cheias Ocorrência de deslizamentos ou desprendimentos de terrenos Variação área florestal ardida Variação do número de incêndios florestais

FCD	Critérios	Efeitos positivos/vantagens	Efeitos negativos/desvantagens	Directrizes de minimização ou potenciação dos efeitos	Indicadores de avaliação e controlo ambiental
				<p>novos edifícios nas áreas naturais e florestais de particular nas áreas florestais com perigosidade de incêndio</p> <p>Promover a gestão das zonas ameaçadas pelas cheias como espaços verdes mais vocacionados para actividades de recreio e lazer</p> <p>Criar e manter faixas exteriores de protecção, nos aglomerados populacionais, de acordo com a priorização do risco</p>	<p>Focos de poluição</p> <p>Instalações com risco de explosão próximas de áreas residenciais</p>

Quadro. 8. Síntese da avaliação ambiental para a totalidade dos factores críticos.

5 CONCLUSÃO

A AAE procurou assumir o papel de alerta e facilitador do processo de planeamento sobre os aspectos que são importantes para o ambiente e para a sustentabilidade do território. A identificação dos FCD teve como finalidade fazer incidir a AAE sobre os temas ambientais que se revelam mais críticos para o desenvolvimento do concelho:

- **Organização e gestão do território:** contempla a dimensão do ordenamento físico do território, incluindo os aspectos relacionados com a ocupação e usos do solo, a distribuição espacial da população, as dinâmicas de urbanização e a racionalização das infra-estruturas públicas;
- **Coesão e desenvolvimento territorial.** Atende à dimensão da equidade e da competitividade territorial, nomeadamente os aspectos relacionados com as dinâmicas demográficas e construtivas, as dinâmicas económicas, a mobilidade e a igualdade de oportunidades no acesso às redes públicas de infra-estruturas, equipamentos, serviços e funções urbanas;
- **Coesão e desenvolvimento territorial.** Atende à dimensão da equidade e da competitividade territorial, nomeadamente os aspectos relacionados com as dinâmicas demográficas e construtivas, as dinâmicas económicas, a mobilidade e a igualdade de oportunidades no acesso às redes públicas de infra-estruturas, equipamentos, serviços e funções urbanas;
- **Recursos territoriais:** Compreende a dimensão da protecção e valorização dos recursos endógenos, incluindo os aspectos relacionados com os recursos hídricos, a biodiversidade, a paisagem e o património cultural.
- **Qualidade ambiental.** Aborda a dimensão das condições e da qualidade de vida da população, incluindo os aspectos relacionados com os níveis de cobertura e a eficiência das redes de saneamento básico e resíduos, a qualidade da água e do ar, o ruído e os riscos naturais e tecnológicos.

Da AAE realizada destaca-se: o elevado potencial turístico da região, baseado na valorização do seu património edificado e cultural e na diversificação das actividades económicas associadas ao sector turístico e industrial; a contenção e racionalização dos processos de urbanização; a valorização e protecção das áreas com vocação agrícola e florestal e de elevada sensibilidade ecológica e ambiental e a melhoria das condições de vida da população com o incremento de infra-estruturas básicas e equipamentos e serviços fundamentais para a coesão e desenvolvimento do território.

Da AAE resultaram ainda diversas oportunidades e ameaças ligadas aos diversos factores críticos considerados:

- **Organização e gestão do território** – Oportunidades resultantes da qualificação do solo rural em função a aptidão natural do solo e das dinâmicas de

ocupação verificadas nos últimos anos e definição de actividades complementares compatíveis com o uso dominante; da rectificação das áreas da REN e da RAN com base em cartográfica mais rigorosa e actualizada utilizando novas tecnologias SIG; da definição de uma EEM para protecção e valorização ambiental de áreas, valores e sistemas ecológicos fundamentais em espaços rurais e urbanos; do ordenamento da expansão de áreas urbanas e contenção da edificação fora dos perímetros urbanos. Ameaças geradas pelo abandono do solo rural e das actividades ligadas à agricultura e silvicultura; pela ausência de uma cultura cívica valorizadora do ordenamento do território que envolva uma maior participação dos cidadãos; pela edificação dispersa ao longo de vias e ocupação de áreas ecologicamente sensíveis sob o ponto de vista ecológico, nomeadamente áreas da REN e da RAN; pela concentração de serviços públicos, equipamentos e rede de transportes na sede de concelho, dificultando o acesso de populações mais periféricas.

– **Coesão e desenvolvimento territorial** - Oportunidades relacionadas com o reforço da capacidade de atracção e polarização do concelho através da melhoria dos eixos viários estruturantes e dos serviços colectivos de proximidade; com o aproveitamento do elevado potencial turístico da região como actividade geradora de mais valias expressa pelo número crescente de pretensões turísticas existentes; com a promoção e valorização do elevado potencial do solo rural em termos de multifuncionalidade. Ameaças decorrentes do êxodo rural e envelhecimento da população; da intensa competição territorial pela retenção dos efeitos centrífugos de Vila Real e Régua; da falta de iniciativa empresarial e empreendedorismo que promova a diversificação económica da região e das fracas qualificações da população residente aliada ao reduzido número de estabelecimentos de ensino profissionalizante dificultam instalação de actividades inovadoras.

– **Recursos territoriais** - Oportunidades decorrentes da requalificação do solo rural de forma a promover a utilização sustentável dos recursos e valores naturais e paisagísticos; da valorização e desenvolvimento económico dos recursos naturais existentes (energéticos, abastecimento de água, turismo e lazer); da melhoria das condições de salvaguarda, valorização e de animação do património cultural através da criação de redes de promoção turística; da protecção dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos fundamentais para a regularização do regime hídrico. Ameaças provocadas pelo aumento das necessidades de água para consumo humano; pelo aumento da produção de resíduos e efluentes de origem doméstica e industrial; pela destruição dos recursos naturais e paisagísticos devido à ocorrência de incêndios florestais; pela descaracterização da paisagem tradicional originada por intrusões visuais e pela degradação do património arquitectónico e edificado; pela tendência crescente de aumento da artificialização do território.

– **Qualidade ambiental** - Oportunidades de melhoria da qualidade de vida da população e do ambiente em geral originadas pelo incremento e melhoria dos sistemas de saneamento básico, equipamentos e serviços; pela identificação das

áreas mais susceptíveis a riscos naturais e tecnológicos e proposta de medidas para a prevenção e minimização dos riscos. Ameaças originadas pela elevada susceptibilidade da região ao risco de erosão e ao risco de incêndio; pela insuficiência em sistemas de tratamento de água residuais e de valorização de resíduos urbanos produzidos; pelo aumento dos níveis de poluição ambiental gerados pelo tráfego rodoviário e pela actividade indústria.

Através dos FCD descritos anteriormente foi possível desenvolver uma estrutura de análise e diagnóstico fundamental para o processo de AAE do PDM de Mesão Frio. A formulação desta estrutura integrou as questões ambientais com as questões estratégicas relevantes para o desenvolvimento do concelho e as orientações regionais/nacionais ambientais, sectoriais e de sustentabilidade. Durante todo o processo de AAE foi analisada e avaliada a conformidade das opções estratégicas da PDM com as orientações e directrizes estratégicas definidas nos planos e programas de âmbito nacional, regional e intermunicipal com incidência na área de estudo.

AAE demonstrou ser uma ferramenta eficaz na sistematização das propostas do PDM e seus efeitos, contribuindo para um melhor conhecimento das oportunidades e impactes resultantes e para o desenvolvimento de medidas que potenciem os efeitos positivos e minimizem os efeitos negativos.